

Domingo, 15 de maio de 2022

Servidores decidem rumos da greve em assembleia e sindicato viabiliza ajuda financeira aos que tiveram desconto dos dias paralisados

Na última quinta-feira, dia 12 de maio, o Sindsprev-PE convocou uma assembleia com toda a categoria para analisar a proposta de acordo negociada com o governo e decidiu pela suspensão da greve do INSS que já durava 51 dias. Também foi deliberada a permanência em estado de greve até que o acordo seja assinado pelas entidades sindicais nacionais com o governo, podendo ser retomada se não houver continuidade em relação ao que foi negociado. Enquanto isso, quem teve desconto em seus dias parados, pôde recorrer a uma ajuda financeira, em forma de empréstimo, cedida pela entidade até que os salários descontados pelo governo sejam devolvidos.

O Sindsprev-PE foi o primeiro sindicato no Brasil a entrar na greve nacional dos servidores federais. No dia 23 de março, conforme orientação do Fonasefe (Fórum Nacional das entidades sindicais dos servidores federais), tomou a dianteira e serviu de inspiração para que tantos outros estados também realizassem suas assembleias e iniciassem o movimento. Na época, houve estados que só se posicionaram em abril e a greve que era para todo funcionalismo federal, só foi viabilizada politicamente no INSS.

“As várias tentativas de desestabilização do governo não foram suficientes para nos fazer recuar. Foram dias difíceis. Muitos servidores sofreram descontos abusivos nos salários por terem se recusado a exercer suas atividades sem a devida valorização”, afirmou o coordenador-geral do Sindsprev, Luiz Eustáquio.

A categoria avaliou que a proposta negociada com o governo em relação a pauta específica do INSS obteve significativos avanços, embora não tenha sido possível conquistar na íntegra o que foi reivindicado pela categoria, no entanto, o movimento paredista conseguiu arrancar do governo federal várias das reivindicações constantes na pauta da greve (veja na íntegra a proposta de acordo anexada no site do Sindsprev). Vale ressaltar que a pauta se aplica para os servidores do INSS, que foram os que realizaram a greve, mas a discussão econômica do reajuste salarial segue em andamento e esta contempla a todos os servidores públicos federais, inclusive os aposentados.

A questão salarial, que é negociada com o Ministério da Economia, ainda não foi oficializada. Como bem se sabe, os servidores reivindicam 19,99% da perda inflacionária referente aos três últimos anos do governo Bolsonaro, todavia, ainda sem negociação com a categoria, a proposta de reajuste que antes era só para os policiais, noticiou-se que será estendido para todo o funcionalismo federal, com sugestão de 5% para todos.

Vale ressaltar que a ação do sindicato não é de encerramento do movimento paredista, mas, de suspensão. “Diante dos problemas que foram acrescentados nessa greve, em nenhum momento o Sindsprev recuou, muito pelo contrário, se muniu mais ainda e disponibilizou suas finanças para ajudar aos que sofreram corte em seus salários, viabilizando ajuda financeira, em forma de empréstimo, a todos os filiados que tiveram desconto nos contracheques, como já foi feito na greve de 2009 do INSS, que pela primeira vez foi viabilizado o pagamento dos dias parados durante a greve daquele ano”. Esses descontos de 2009, serão agora devolvidos, através de pagamento “de exercícios anteriores”, pela força da greve que fizemos agora em 2022. afirmou o secretário-geral do Sindsprev-PE, Irineu Messias. E mesmo com a suspensão da greve, o sindicato continua movimentando as reivindicações em busca da pauta salarial, “estamos atentos aos próximos passos e caso eles pensem que podem nos enganar, retomaremos o movimento imediatamente”, acrescentou Irineu.

No dia 11 de maio, às 20h55, o Ministro do Trabalho e Previdência, José Carlos Oliveira, assinou documento com proposta aos servidores do INSS de encaminhar, no prazo de sessenta dias, um Projeto de Lei, para avaliar a Carreira do Seguro Social como Carreira Típica de Estado e estabelecer como critério mínimo de admissão para o cargo de Técnico de Seguro Social, o nível Superior de escolaridade. O outro encaminhamento da proposta, foi a recomposição do Vencimento Básico dos servidores integrantes da Carreira Social, cuja proposta de recomposição será construída em conjunto com as Entidades Sindicais, CNTSS e FENASPS.

Já o presidente do INSS, Guilherme Serrano, emitiu proposta de instituição de um Comitê Permanente, por exemplo, com participação paritária entre as Entidades Sindicais e as Diretorias do INSS que visa principalmente pactuar a reestruturação/revisão dos processos de trabalho, metas, sistemas, processos e metodologia, bem como os Programas de Gestão - PGs. Também foi proposto a fixação da meta diária de 4,27, correspondente a 90 pontos por mês, para todos os servidores em PGs e Centrais de Análise de Benefícios.

Outros encaminhamentos relacionados às metas dos servidores também foram negociados: suspensão de desligamentos, suspensão de efeitos financeiros no GDASS, garantia da manutenção do abatimento de metas, caso o sistema esteja indisponível.

O INSS também citou no documento a disponibilização de maquinário e mobiliário para os servidores do teletrabalho, a implementação em conjunto com as Entidades Sindicais de um modelo preventivo da saúde dos servidores que será acompanhado pelo SSQVT e pelo SIASS.

O Programa de Gestão do Atendimento Presencial - PGAP nas Unidades onde o projeto-piloto já existe, também será mantido. O Serviço Social poderá organizar sua rotina de trabalho de acordo com as demandas institucionais, pois na proposta está a fixação de cinco avaliações sociais por dia, com intervalo de agendamento de sessenta minutos.

O INSS também se prontificou em fazer o levantamento e verificar o cumprimento das liminares referentes à jornada de trabalho dos profissionais com jornada específica definida em Lei. O Comitê vai priorizar discussão sobre os serviços previdenciários, abrangência do sigilo de informações, análise de compatibilidade, dentre outras atribuições.

A avaliação e implantação do Programa de Gestão do Serviço Social e da Reabilitação Profissional também apareceu na proposta, em seguida, a construção em conjunto da proposta ao SIPEC sobre o aumento escalonado do Vencimento Básico.

Uma portaria, segundo o INSS, será emitida para devolver os valores descontados na greve de 2009 e finalizada a greve, o órgão garante também o Termo de Acordo de Compensação, a devolução dos valores descontados dos dias parados da greve de 2022.

As entidades nacionais solicitaram aos sindicatos estaduais realizarem suas assembleias até dia 18 de maio, data em que também será realizada plenária nacional da CNTSS, onde todos devem, como já fez o Sindsprev-PE, tomar posicionamento sobre a apreciação e deliberação da proposta de acordo apresentada pelo Governo. Para o dia 19 de maio, já está agendada reunião com o INSS, com as entidades nacionais para possível assinatura do acordo de greve.

Os documentos encontram-se em anexo no site do Sindsprev-PE.